



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Gênero.

SER MULHER: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS ATRIBUIÇÕES FEMININAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Daniele Meira de Pinho Rodrigues Paulino¹

Resumo: O lugar ocupado pela mulher na sociedade é fruto de uma construção histórica e social empreendida ao longo do tempo para atender a uma finalidade específica, que também varia a cada período e espaço. Assim, é importante analisar como esse processo foi construído e como isso determina a configuração do papel que ela desempenha atualmente.

Palavras-chave: Mulher; Maternidade; Construção social.

Abstract: The place occupied by women in society is the result of a historical and social construction undertaken over time to meet a specific purpose, which also varies with each period and space. Thus, it is important to analyze how this process was built and how this determines the configuration of the role it currently plays.

Keywords: Female; Maternity; Social construction.

1 Breves reflexões sobre a construção social da mulher

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Com essa afirmação, Simone de Beauvoir (1967) apresenta uma nova concepção do feminino, não relacionada aos aspectos biológicos que caracterizam o corpo humano, tampouco aos psíquicos e econômicos, mas sim à construção de uma identidade atribuída. Essa é uma das grandes contribuições da autora para o Movimento Feminista de fins da década de 1960, movimento esse que, junto à emergência das transformações na historiografia acerca das mulheres, deu a elas um novo lugar na história.

Estudos sobre as mulheres foram difundidos, no Brasil, a partir dos anos de 1970, por meio de discussões das relações entre os dois sexos, movimento da chamada “Nova História”, terceira geração da *Escola dos Annales*², sobretudo pela História das Mentalidades e História

¹ Profissional de Serviço Social. Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: <danielemeirapaulino@gmail.com>.

² A Escola dos Annales surgiu como um desdobramento de uma publicação de Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, na França. A revista tinha como propósito inicial superar a visão positivista da História que valorizava instituições, elites, fatos e datas, sem se aprofundar em análises mais profundas estrutural e conjunturalmente. O novo movimento historiográfico, de impacto renovador considerável, propunha o estudo de elementos que pudessem enriquecer a história das sociedades, aprofundando-se em temas que dissessem da vida humana, que considerassem o tempo não apenas como uma sequência cronológica de eventos e que se aproximasse de outras disciplinas, como a Sociologia.

Cultural, que traziam assuntos que ultrapassavam o interesse pela política e economia para alcançar o campo do cotidiano. Nesse sentido, os *Annales* funcionaram como uma possibilidade de incorporar outros sujeitos, como mulheres, crianças e trabalhadores, em suas relações cotidianas, sem necessariamente qualquer ligação com os aspectos político-econômicos.

Segundo a historiadora Rachel de Soihet, até a década de 1970, a mulher só ocupava dois papéis na história: ou submissa ou rebelde. (SOIHT, 1998). A necessidade de superar essa visão é que trouxe, então, no final dessa década, novas discussões da mulher enquanto sujeito múltiplo, que não cabe em uma visão unitária. Por esse reconhecimento, a “História da Mulher”, no singular, também passou a ser questionada, optando-se por chamá-la “História das Mulheres”, justamente por reconhecer a variedade de condições, de raças e etnias desses sujeitos.

O primeiro momento dessa vertente foi responsável pelo reconhecimento de que as mulheres sempre foram excluídas da história, com raras exceções:

Aquiles, Lançarote, Duguesclin, Bayard, Napoleão, quantos homens para uma Joana d'Arc; e, por trás desta, perfila-se a grande figura masculina de São Miguel Arcanjo! Nada mais tedioso do que os livros que traçam vidas de mulheres ilustres: são pálidas figuras ao lado dos grandes homens; e em sua maioria banham-se na sombra de algum herói masculino. Eva não foi criada para si mesma e sim como companheira de Adão, e de uma costela dele; na Bíblia há poucas mulheres cujas ações sejam notáveis (...). As deusas da mitologia são frívolas ou caprichosas e todas tremem diante de Júpiter; (...). Há, é certo, algumas feiticeiras, algumas mulheres velhas que exercem nos contos um poder temível. (BEAUVOIR, 1967, p. 30)

Isso significa reconhecer, também, que a história foi feita por homens e para homens antes dos *Annales*. Assim, a luta pela inserção feminina nesse campo materializou-se pela tentativa de corrigir a ausência, ou buscar comprovar que, embora não vista, ela sempre teve um papel fundamental no passado.

Todavia, após debates e discussões acerca da História das Mulheres, reconheceu-se que essa “disputa” por um lugar na história não seria suficiente para que ela se firmasse enquanto campo autônomo. Sua contribuição, no entanto, foi de suma relevância, segundo Scott (1995), ao desmitificar a noção de um sujeito universal: “Em que pesem seus esforços no sentido de acomodar as mulheres numa história que, de fato, as excluía, a contradição instaurada revelou-se fatal” (PEDRO & SOIHET, 2007, p. 286). A partir do reconhecimento das divergências dentro da “classe” e, mesmo dentro do Movimento Feminista, a História das Mulheres passou a outro estágio, agora reconhecendo as diferenças e a impossibilidade de se ter uma identidade única atribuível a qualquer mulher.

Esse novo estágio foi marcado, entre as décadas de 1980 e 1990, pelo que foi chamado de “discussão de gênero”, ou seja, pelo reconhecimento de que a história das

mulheres não poderia dispensar de si a presença dos homens, uma vez que elas estabelecem relações com eles a todo momento, não estando isoladas socialmente. A partir de então, sexo e gênero passaram a se constituir enquanto categorias distintas: enquanto o primeiro faz referência à natureza biológica, o segundo relaciona-se ao modo como as diferenças sexuais se organizam socialmente, ou seja, “gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (CARVALHO, 2011, p. 13). Outra definição é que o gênero trata “da ideia de que o sexo é uma base (natural, biológica, invariável) sobre a qual as culturas constroem, por meio da socialização, diferentes concepções do que seja um homem ou uma mulher” (CARVALHO, 2011, p. 4).

A função biológica também merece destaque nessas discussões, já que veio para contradizer a ideia de que as diferenças sociais são determinadas pelas diferenças biológicas, ou seja, foram socialmente construídas para disciplinar sobretudo o sexo feminino, segundo Rago (2000).

Ao substituir a História das Mulheres pelas discussões de gênero, houve uma ampliação dos estudos sobre a mulher, muito embora ela ainda continuasse a ser vista dentro do âmbito privado. Por esse motivo, os grandes espaços em que ela aparecia eram, sobretudo, o casamento, a maternidade e a sexualidade. Essa realidade só começou a se transformar com sua inserção na academia, de acordo com Rago (1998). A partir de então, novos temas começaram a despontar na historiografia, como as desconstruções das determinações sociais a que as mulheres estavam subordinadas e a desnaturalização de sentimentos e valores que lhes foram historicamente impostos.

Foi a partir dessas transformações que a mulher adquiriu um lugar na história, o que possibilitou que a vida privada também o tivesse. Graças a isso, é possível que estudos que questionam mitos e desconstruem paradigmas sejam elaborados com frequência, e, nesse caso em especial, ao questionar o lugar “criado” para a mulher na sociedade, oferecer a possibilidade de que isso seja desnaturalizado.

1.1 A mulher na família

O papel ocupado pela mulher na família, tal como se conhece atualmente, é fruto de todo um processo de construção higienista, empreendido no Brasil por médicos e sanitaristas, em fins do século XVIII. Foi esse o momento histórico em que, pela primeira vez, o patriarcado colonial viu-se questionado sobretudo em seus costumes mais privados, no modo como as relações cotidianas eram conduzidas dentro das casas e no seu exterior.

O resultado deste “grande empreendimento” foi a constituição da família burguesa, em oposição à grande família colonial. O apropriado, naquele momento, era se adequar ao novo

modelo nuclear, de inspiração europeia, afastando do lar agregados e empregados, que, segundo os médicos, ofereciam riscos à saúde de pais e filhos, conforme Costa (2004).

O modelo colonial de família refletia o patriarcado, ainda segundo Costa (2004), em que tudo girava em torno da figura masculina, fosse ele pai, marido, irmão, tutor. Mulheres, crianças e escravos se adaptavam a essa lógica, figurando como secundários em todas as relações. Aos homens cabiam os assuntos públicos. Às mulheres, a condução da casa e dos problemas domésticos. Aos escravos, a execução dos serviços e tarefas ordenados pelos donos. E às crianças, aguardarem o tempo em que já pudessem executar o que lhes cabia, como o casamento, em especial das meninas.

O casamento, instituição com viés sobretudo econômico, era o destino de cada menina, de acordo Beauvoir (1967). É por meio dele que ela se realizava enquanto mulher, embora isso não fosse uma escolha propriamente sua. Historicamente, funcionou como uma “troca simbólica” em que ela entrava como um objeto, segundo Bourdieu (1999), daí advindo sua condição de inferioridade. A escolha do parceiro ficava à cargo de uma figura masculina, normalmente o pai. À moça cabia acatar a decisão e aceitar sua nova condição, de esposa e futura mãe.

No Brasil, o modo de conduzir o casamento também foi uma das modificações introduzidas com as reformas de higienização. Coube aos médicos a função elementar de “apresentar” à família as noções do que é certo ou errado de acordo com sua condição burguesa. Aqui, a união passou a ser valorizada enquanto mecanismo de garantir filhos saudáveis que pudessem servir à Nação. Dentro dessa lógica, a preocupação com a saúde física e com a diferença de idade entre os noivos foi determinante. O amor foi o elemento motivador do discurso médico, não o sonhador, romântico, mas o que definia a divisão sexual de papéis dentro do casamento:

Finalmente, o amor executava uma outra importante tarefa higiênica: a criação e a regulação dos novos papéis sociais do homem e da mulher no casamento. (...) A partir do modo como homens e mulheres reagiam ao amor e a seus derivativos, como os sentimentos em geral, a medicina fixou as características supostamente típicas de cada sexo e apresentou-as como imperativos da natureza. (COSTA, 2004, p. 234)

Outra inovação introduzida pelos médicos que se relaciona diretamente com a situação feminina foi o fim da clausura em que vivia a família colonial. Confinados no interior da casa, as raras ocasiões em que deixavam o lar era para eventos religiosos. A medicina, contudo, surpreendeu ao afirmar que todo ser humano tem necessidade de conviver no meio externo, de luz, de sol. Desse modo, ficou cada vez mais frequente a organização de bailes e festas particulares, em que famílias que gozavam da mesma situação financeira participavam. Essas ocasiões eram especialmente positivas para que as famílias exibissem todo seu poder

e riqueza, e funcionou como um meio facilitador para as interações sociais a partir do fim de casamentos intrafamiliares. (Costa, 2004).

Todavia, tirar a mulher da clausura da casa, longe de alcançar os benefícios pretendidos, tornou-se um encargo para a família brasileira, segundo os médicos. As mulheres, cuja medicina e Estado pretendiam “boas mães”, apegaram-se à moda e às festas como mecanismo de libertação do patriarcalismo, adotando uma postura completamente diversa da pretendida. Os filhos continuavam em casa, entregues a amas de leite e afastados, sobretudo, da amamentação pela mãe.

A emancipação do patriarcado colonial gerou uma entusiástica onda de independência feminina. A urbanização insuflou este movimento promovendo a mulher em vários sentidos. (...) a mulher instruiu-se e cultivou-se. Passou a ler mais. Sobretudo novelas e romances, onde encontrava frequentemente opiniões favoráveis à emancipação feminina. (COSTA, 2004, p. 259).

A urbanização pode, assim, ser considerada enquanto um dos elementos que mais corroborou para inserção na vida pública para as mulheres e, em se tratando do casamento começou um processo de desenvolvimento de sua autonomia. Em um casamento realizado a partir de outras escolhas, que não só financeira, a ela foi possível apresentar-se ao marido não de forma completamente submissa, mas importante, dentro de certos limites.

Por fim, o poder que o médico teve nesse sentido também foi essencial. Foi ele quem a libertou do jugo da sexualidade reprimida, desde que desenvolvida dentro do casamento. Além disso, dentro de sua nova condição social, a incentivou a buscar seus direitos. Mais importante talvez tenha sido, contudo, a importância que adquiriu para o futuro da Nação, já que lhe cabia, agora, zelar pela educação dos filhos no sentido de torná-los, sobretudo, bons cidadãos. Essa importância, contudo, não deve ser entendida enquanto uma conquista em si; ao contrário, funcionou muito mais como uma construção de um lugar feminino dentro da sociedade, para atender a uma demanda do Estado.

1.2 A mulher na maternidade

A maternidade pode ser considerada com um dos aspectos mais relevantes na campanha higienista empreendida no final do século XVIII no Brasil. Em torno dela giraram os outros temas, mas todos com o mesmo objetivo: preparar a família para gerar e cuidar dos filhos para o Estado, para o desenvolvimento da Nação. Isso fez parte da estratégia médica da passagem da Família Colonial para a Burguesa, em um contexto de repentina “valorização da infância”.

A história colonial brasileira, em consonância com a europeia, assistiu a um descaso em relação à criança e ao adolescente por séculos. Não havia relação de apego entre pais e filhos. Vários elementos comprovam isso. Em primeiro lugar, a alta taxa de mortalidade infantil causada por negligência materna ou, em muitos casos, das amas de leite contratadas para criarem os bebês nos primeiros anos de vida. Outro aspecto faz referência aos costumes relacionados ao enterro da criança: para os pais, os filhos mortos viravam anjos, por isso não havia necessidade de tristeza; ao contrário, esse fato, não raro, era comemorado com alegria. O simples fato de a mãe abrir mão do convívio com o bebê nos primeiros anos, enviando-o para os cuidados de uma ama, também revelam o pouco prestígio da infância antes do século XVIII. (BADINTER, 1985).

No Brasil, essa realidade apresentou sinais de mudança a partir da revolução sanitária, com o reconhecimento de que uma criança saudável e bem criada seria a base da Nação no futuro. Através desse discurso, Estado e Medicina criaram inúmeras estratégias que “convencessem” homem e mulher a aceitarem seus novos papéis sociais, em especial em relação à maternidade.

(...) que se opera uma espécie de revolução das mentalidades. A imagem da mãe, de seu papel e de sua importância, modifica-se radicalmente, ainda que, na prática, os comportamentos tardassem a se alterar. Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes “ordenam” amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho. (BADINTER, 1985, p. 145)

Para a mulher, o discurso apresentado foi direcionado a sua importância, sobretudo, na educação da criança, além da garantia da manutenção de sua vida, agora tão relevante para o futuro do país. “A educação dos filhos começou, dessa forma, a surgir como uma nova maneira de amar. O cuidado das crianças já não era mais uma obrigação, mas um ato espontâneo de amor” (COSTA, 2004, 238).

Com esse status recém adquirido, não foi difícil “convencer” a mulher desse papel, em especial quando se considera que, após séculos de negação e silêncio, pela primeira vez a ela estava sendo garantido um lugar essencial na história da sua família, com reflexos nas relações sociais, lugar de cuidado, de criação, de proteção aos filhos, mesmo que esse lugar tenha sido construído com uma finalidade definida, nesse caso de garantir ao Estado a manutenção da vida de futuros cidadãos.

A amamentação foi um dos destaques na campanha enquanto dever do qual a mulher não podia se furtar. Segundo os médicos, tanto sua ausência, quanto o ato realizado por uma ama de leite comprometiam a saúde da criança e da mãe. Além disso, esse foi também um discurso utilizado para manter a mulher em casa, evitando tanto suas saídas constantes para

a vida social, quanto o seu eventual desejo de trabalhar, ainda dentro de uma perspectiva patriarcal de sociedade.

Ao se transformar em uma família nuclear, o recomendado era que a família tivesse um tempo para si, em que fosse possível discutir problemas, desejos e aspirações de cada membro, de forma que cada um pudesse falar e sem que o pai ocupasse sozinho uma posição de distância dos demais. Dessa forma, o apego foi inevitável e, a partir daí, a infância passou a ser reconhecida e valorizada enquanto fase essencial no desenvolvimento de um ser humano, segundo Costa (2004).

Na França, a construção da mulher veio por estes condicionantes historicamente construídos para localizar a mulher na sociedade. Isso foi visto nos estudos de Ariès. No Brasil estudos de Del Priore³ indicam que os comportamentos destinados às mulheres burguesas deveriam, um tempo mais tarde, ser assimilados pelas mulheres dos estratos mais baixos. Sob esta estratégia estaria disseminado o “modelo ideal de família”.

À mulher, por sua vez, a partir dessa nova “mentalidade”, que a situava enquanto responsável direta pela educação dos filhos e indireta pelo futuro do país, não bastava ser mãe, tinha que ser uma boa mãe, dedicada, responsável, amorosa e protetora, além de cuidar da casa e do marido com zelo e carinho (Costa, 2004). O amor materno, até então raramente discutido, passa a ser considerado como instinto, como inato a toda mulher. Qualquer ato de negligência ou irresponsabilidade contra o filho passava a ser visto enquanto monstruosidade. A forma de “absorção” dos ensinamentos médicos, contudo, aconteceu de forma distinta para as mulheres, conforme sua classe social:

As mulheres burguesas foram as primeiras a mudar sua mentalidade, já que viram aí a oportunidade de se emanciparem. Sendo “boas mães” elas assumiam o papel central na família, aumentando seu prestígio. A classe aristocrática mostrou resistência maior frente a mudança mas acabou se convencendo posteriormente. Os mais pobres, contudo, foram os últimos a mudarem, talvez pela própria necessidade de sobrevivência, que os obrigavam a abrir mão do contato com o filho para trabalhar fora de casa visando ao sustento. (PAULINO, 2008, p. 23-24).

Assim, quando se vincula mulher e maternidade remonta-se a ideia ao questionamento acerca do amor materno como parte da essência feminina, algo que vem da própria natureza das mulheres. No entanto, estudos mais recentes (BADINTER, 1985), indicam que essa associação também foi fruto de um processo de construção social, realizada por médicos e pelo Estado para atender a um novo tipo de ideal de sociedade, a sociedade burguesa. Desse modo, é importante entender que o amor materno não passa de um mito, como defende a autora, e, por isso, deve ser questionado.

³ Ver DEL PRIORE. M. org. **A história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

1.3 A mulher na sociedade

No Brasil, a história da mulher foi marcada, por décadas, pela ausência no espaço público. Segundo Figueiredo (2006):

Em que lugar encontraríamos a mulher mineira? Começemos pela negação, que parece ter sido a característica central na vida dessas mulheres. Estiveram nas Minas excluídas de qualquer exercício de função política nas câmaras municipais, na administração eclesiástica, proibidas de ocupar cargos na administração colonial que lhes garantissem reconhecimento social. (FIGUEIREDO, 2006, p. 142).

Minas Gerais, no auge da exploração do ouro, apresentava uma posição relativamente diversa das demais regiões do país, em que o patriarcado apresentava uma força muito maior. Ainda assim, Figueiredo (2006) aponta a ausência feminina no espaço público, em especial das mulheres de família detentoras de poder econômico e prestígio social. Todavia, o próprio autor destaca que, entre as mulheres pobres, a realidade podia ser bem distinta. Criando alternativas de resistência, muitas mulheres eram vistas pela cidade, sozinhas, trabalhando, normalmente, sobretudo com a venda de alimentos. “Basta olhar nas entrelinhas um pouco misteriosas e um tanto fugidias da memória dissimulada na documentação oficial, para que se encontrem as outras dimensões da atuação das mulheres”. (FIGUEIREDO, 2006, p. 144).

A prostituição também foi uma das áreas em que a mulher podia ser vista, e isso muito antes do período colonial e até os dias de hoje. Considerada a profissão mais antiga do mundo, funcionou, quase sempre, como uma estratégia feminina de sobrevivência e reflete um comportamento de relativa autonomia e independência em um cenário marcado pela subordinação ao poder masculino.

As transformações operadas pela medicina higienista, contudo, vieram para alterar algumas relações já engendradas no comportamento de homens e mulheres. Ao sair do enclausuramento e abrir a porta da casa para a rua, a mulher começa a se perceber importante, em especial na organização e condução dos grandes bailes. Além disso, também foi relevante, após a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, as mudanças introduzidas pela Corte Portuguesa no que se refere aos costumes, em especial no modo de vestir. Por essa via, a mulher passou a ser uma consumidora em potencial, deixando de receber os vendedores em domicílio para se aventurarem nas ruas em busca de suas compras. “Descritivamente, essa reciclagem da função feminina na família operou-se em dois tempos. No primeiro, a higiene, acompanhando a urbanização, retirou a mulher do confinamento doméstico, liberando-a para o convívio social e o consumo comercial” (COSTA, 2004, p. 255).

É importante não ignorar o fato de que o lugar da mulher na sociedade era vivido de forma distinta conforme a classe social a que pertencia, já que a padronização de papéis era vivida também de forma muito distinta:

Apenas às mulheres de famílias remediadas era possível exercer o papel de guardiã do lar e da família; às de famílias pobres e às escravas restava somente trabalhar por seu sustento e enfrentar o preconceito que tal gesto causava em uma sociedade que via o espaço público como domínio privativo dos homens. (CALIL, 2000, p. 22).

Mais do que um problema de gênero, a presença da mulher na sociedade também expressava uma condição social, já que as mulheres pobres desde cedo conheciam a necessidade de estar nas ruas, trabalhando, criando estratégias que as permitissem sobreviver economicamente. Essa realidade só vai alcançar um número maior de mulheres a partir da industrialização brasileira, quando, imbuídos no ideal de família burguesa, essas pessoas passarem a se ingressar no mercado de trabalho.

Considerações Finais

A reflexão teórica apresentada por este trabalho trouxe como contribuição a discussão em relação ao papel ocupado socialmente pela mulher ao longo do tempo e como essa configuração, inconstante e em transformação, é moldada a partir de interesses específicos. Saindo da clausura e do confinamento à esfera privada, essa mesma mulher entra em cena ocupando espaços na vida pública, assumindo responsabilidades que vão muito além do lar, casamento e maternidade.

Importante considerar que todas essas transformações acompanham as próprias mudanças sociais, mas, além disso, são pensadas e propagadas com objetivos certos. Todavia, em se tratando de um ser humano com capacidades múltiplas, não se pode pensar esse processo apenas como consequência direta das novas direções propostas: ao contrário, a figura da “mulher” vai muito além, é um ser de vontades, de resistências, dona do seu destino. A liberdade que faltava para que ela tivesse voz veio, sim, a partir da revolução burguesa, mas é cotidianamente que ela se expressa e se (re) constrói, lutando por seu lugar no espaço público.

Os movimentos sociais em defesa dos direitos das mulheres lutam, diariamente, para que estes sejam garantidos e ampliados, fornecendo suporte para que elas continuem conquistando novos espaços e contribuindo para as desmitificar as construções sociais que, por tantos séculos, engessaram a figura feminina. Esse parece ser o caminho real de liberdade e, principalmente, de igualdade de gênero.

Referências

- ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: O Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CALIL, L. E. S. **História do direito do trabalho da mulher: aspectos histórico-sociológicos do início da República ao final deste século**. São Paulo, Ltr, 2000.
- CARVALHO, M. P. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, Jan./Apr. 2011.
- COSTA, J. F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004
- FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M (org). **A História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. P. 141-188.
- PAULINO, D.M.de P.R. **Matei meu filho: o amor materno nos discursos da mídia sobre crimes cometidos pela mãe**. (Monografia). Montes Claros, 2008.
- PEDRO, J.M; SOIHET, R. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.
- RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M; GROSSI, M. P (orgs). **Masculino, Feminino e Plural: gênero na interdisciplinaridade**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2000. p.22-40.
- RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. In: **Cadernos Pagu: trajetórias do gênero, masculinidades**. São Paulo: Unicamp. 1998. p. 89-98.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, jul./dez. 1995.
- SOIHET, R. História das Mulheres. In: CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. (orgs). **Domínios da História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 288-96.